



MUNICÍPIO DE S. PEDRO DO SUL

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

ATA DA SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE SÃO PEDRO DO SUL REALIZADA NO DIA 14 DE SETEMBRO DE 2015

MESA: PRESIDENTE: Vítor Manuel Coelho Barros (PS).

SECRETÁRIOS: João Carlos de Oliveira Matias (PS), Graça Maria Rocha Perdigão Rodrigues (PS).

HORA DE ABERTURA: 9h30m

PRESENCAS: Maria Ester Vargas de Almeida e Silva (PSD), José Luís Gaspar Campos (PSD), Manuel Monteiro Casais (PSD), Maria de Lurdes Pinto Figueiredo Bragança (PS), Maria Paula A. M. Carvalhas Correia dos Santos (PSD), Manuel Gomes Ferreira (PS), António Lopes Ribeiro (PSD), Manuel Maurício Costa Botas (PS), António Augusto Ferreira Gomes (PS), Luís Manuel Rodrigues da Rocha (PSD), Gina Rosa Correia Cardoso (PS), Mónica Catarina Fernandes de Almeida (PSD), Custódio Pinheiro da Rocha (PS), Mário António de Almeida (PSD), Rui Manuel Rodrigues dos Santos Almeida (PS), Pedro Miguel Pereira de Figueiredo (PSD), José Baltazar Cardoso Correia (PS), Patrícia Alexandra Xavier de Azevedo (PSD), José Luís Figueiral Morujão, Presidente da Junta de Freguesia de Bordonhos (PSD), José Carlos Moreira de Almeida, Presidente da União das Freguesias de Carvalhais e Candal (PSD), Vítor Manuel Oliveira Loureiro, Presidente da Junta de Freguesia de Figueiredo de Alva (PS), Carlos Manuel Duarte Laranjeira, Presidente da Junta de Freguesia de Manhouce (PS), António Marques Rolo em substituição de Manuel Cardoso Mamouros, Presidente da Junta de Freguesia de Pindelo dos Milagres (PS), José Manuel Oliveira Lopes Moita, Presidente da Junta de Freguesia de Pinho (PS), António Luís Dias Teixeira, Presidente da União das Freguesias de Santa Cruz da Trapa e São Cristóvão de Lafões (PSD), António Jorge Martins de Oliveira, Presidente da Junta de Freguesia de São Félix (PSD), José Vasco Paiva Martins, Presidente da União das Freguesias de São Martinho das Moitas e Covas do Rio (PS), João Duarte em substituição de Alberto Arménio Paulino H. Almeida, Presidente da União das Freguesias de São Pedro do Sul, Várzea e Baiões (PS), António Rodrigues Ribeiro, Presidente da Junta de Freguesia de Serrazes (PS), José Pedro Maurício Pereira, Presidente da Junta de Freguesia de Sul (PSD), Pedro Dias Vasconcelos Soares, Presidente da Junta de Freguesia de Valadares (FVS), Manuel Mouro Pinto, Presidente da Junta de Freguesia de Vila Maior (PS).

Esteve igualmente presente o Presidente da Câmara Municipal Vítor Manuel de Almeida Figueiredo, em representação da Câmara Municipal, e os Srs. Vereadores Francisco José de Matos, Teresa Cristina Castanheira de Almeida Sobrinho, Pedro Miguel Mouro Lourenço, Adriano de Lima Gouveia Azevedo, Alda Catarina Sequeira Rodrigues e Rogério Fernandes Duarte.

LOCAL: Junta de Freguesia de Pinho

FALTAS: André Tiago dos Santos Matias de Almeida (PS) por motivos profissionais e José Carlos de Oliveira Duque (PS) por motivos pessoais.



MUNICÍPIO DE S. PEDRO DO SUL

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

ORDEM DE TRABALHOS

1 – Período antes da Ordem do Dia.

2 - Período de Intervenção do Público.

3 - Assuntos da Ordem do Dia:

3.1 - Análise da Informação sobre a “Atividade e Situação Financeira do Município”;

3.2 – Apreciação e Votação da Proposta apresentada pelo Executivo sobre “POVT – Eficiência Energética na Iluminação Pública – Partilha de Poupanças Líquidas”;

Correspondência recebida:

Publicações:

- Jornal “Voz das Misericórdias”, referente ao mês de junho de 2015;
- “Ecos da Gravia” referente aos meses de junho, julho e agosto de 2015;
- Jornal “Associação” referente ao mês de agosto de 2015.

Mails:

- Da Freguesia de Pindelo dos Milagres, datado de 03.09.2015, referente a substituição na sessão da Assembleia Municipal de 14.09.2015;

Convites:

- Do Centro Social da Freguesia de Valadares para inauguração do Lar;
- Do Município de Oliveira de Frades para 6.^a Mostra Gastronómica do Frango;
- Da União das Freguesias de Santa Cruz da Trapa e S. Cristóvão de Lafões para inauguração de obras e abertura do XII Festival da Broa.

O Presidente da Assembleia Municipal procedeu à abertura do Período Antes da Ordem do Dia, para discussão de assuntos de interesse local, começando por dar a palavra ao Deputado Municipal José Manuel Oliveira Lopes Moita, Presidente da Junta de Freguesia de Pinho (PS) que começou por dar as boas vindas e cumprimentar todos os circunstantes. Referiu que, contrariamente ao costume, não vai apresentar uma lista infindável de obras para a freguesia, não porque essa lista não exista, mas porque o Presidente da Câmara Municipal tem o perfeito conhecimento do que são as reais necessidades da freguesia. E continua: “Algumas dessas obras já contam com o compromisso do senhor presidente da Câmara Municipal, outras estarão em fase de análise e avaliação e, como eu confio na palavra do senhor presidente e do restante executivo, cabe-me aguardar que essas obras se tornem realidade num futuro próximo, e que não passem de uma miragem como tem acontecido em mandatos anteriores.”. Pese embora, não enjeita a oportunidade e aproveita para questionar sobre algumas obras e pedir outras: “a

**MUNICÍPIO DE S. PEDRO DO SUL****ASSEMBLEIA MUNICIPAL**

retificação e pavimentação da estrada que vai de S. Pedro do Sul a Pinho (campo do futebol); depois a estrada de Pinho ao Sobral; a estrada de Pinho a Vila Maior, com o possível alargamento da ponte que ali existe e que é muito estreita e que pode causar acidentes; a questão da rede de saneamento, nomeadamente o projeto que existe para passar na estrada principal, desde o campo do futebol até a entrada da freguesia (a Randufe) e com ligação à rede de Cotos; e também a questão das fossas de Mosteirinho e do Sobral.”. E o que queria pedir: “Em relação a este edifício onde nos encontramos, o mesmo necessita urgentemente de algumas obras, porque, como se pode verificar, alguns anos após a sua inauguração, este salão encontra-se ainda por terminar: falta a pintura, o telhado encontra-se em péssimo estado, com telhas partidas e sem impermeabilização, as infiltrações são várias e precisa de uma pintura quer ao nível exterior quer ao nível interior.”. Acrescenta que não é por falta de vontade que a conservação do edifício não se faz, é por falta de dinheiro, apelando assim para o senhor presidente da Câmara Municipal que, caso seja possível e oportuno, ajude a resolver os problemas na sede da Junta de Freguesia. Depois, a propósito da falta de dinheiro de algumas Juntas de Freguesia, termina dizendo que o problema podia ser minimizado, sugerindo que: “era tirar um pouco às Juntas mais ricas, aquelas que têm mais rendimentos e até mesmo a alguns municípios, para dar às mais pobres, que nem sequer precisam de apresentar declaração anual de rendimentos, pois o Estado tem acesso aos orçamentos e às prestações de contas de todas as freguesias e municípios, sendo que assim podíamos ter todas as freguesias em pé de igualdade e com argumentos idênticos para podermos proporcionar aos nossos fregueses o mesmo que as outras freguesias proporcionam, para que a distribuição de fundos fosse mais justa., porque assim parece como nas nossas vidas, em que há três classes: a classe rica, que é o Estado, que gasta o que quer e onde quer; a classe média, que são os municípios, que gastam algum e não se podem esticar muito; e a classe pobre, que são as Juntas de Freguesia, que estão dependentes daquilo que as outras classes lhes dão, ou seja, ficam sempre com a fatia mais pequena do bolo.” João Duarte em substituição de Alberto Arménio Paulino H. Almeida, Presidente da União das Freguesias de São Pedro do Sul, Várzea e Baiões (PS) começou por cumprimentar todos os membros da Assembleia Municipal, executivo municipal, deputados municipais e restante público, e por saudar o colega de Pinho pela boa receção, passando depois a abordar os seguintes aspetos: primeiro, questionou a Câmara Municipal sobre a redução do IMI para as famílias numerosas; segundo, devido a constantes reclamações e exposições por escrito surgidas na sua Junta de Freguesia sobre os vários acidentes ocorridos na reta de Várzea, mais propriamente no cruzamento que dá para a rua nova de Santa Luzia, que é uma rua sem alternativa de circulação, porque tem que se entrar e sair pelo mesmo local, apresentou a necessidade de se tomarem algumas medidas para se proteger, evitar ou diminuir os acidentes naquele cruzamento, alegando que a dita estrada já teve um traço contínuo que atualmente se encontra invisível e que os semáforos não estavam a funcionar e já deixaram de existir. Acrescentou que a União de Freguesias de S. Pedro do Sul, Várzea e Baiões, após uma exposição apresentada por um residente do Bairro de Santa Luzia, tomou a iniciativa de mandar colocar um espelho no cruzamento, de forma a tornar mais visível a entrada dos condutores e, assim, contribuir para evitar a ocorrência de tantos acidentes naquele local; terceiro, sobre o cruzamento da Lameira/Gerós, lembrou que ainda recentemente lá aconteceu um acidente com uma vítima mortal e que é um cruzamento que não tem passagem para peões, acrescentando que a Junta teve



MUNICÍPIO DE S. PEDRO DO SUL

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

a iniciativa de oficializar ao Instituto das Estradas de Portugal para que tome algumas medidas, nomeadamente sugerindo a construção de uma rotunda para os automobilistas e uma passagem superior para os peões. A Deputada Municipal Maria Ester Vargas de Almeida e Silva (PSD) usou da palavra e deu início à sua intervenção com os cumprimentos aos presentes, passando de imediato a apresentar um conjunto de questões para colocar à Câmara Municipal: primeiro, refere que surgiu a público uma notícia sobre uma reunião da Associação Nacional de Municípios onde se abordou e analisou o acolhimento de refugiados, perguntando em seguida se a Câmara Municipal de S. Pedro do Sul esteve presente na dita reunião e se já tomou alguma decisão em relação a esse processo; segundo, aborda uma questão relacionada com a instalação da Loja do Cidadão no concelho, solicitando informação da Câmara Municipal sobre a fase em que se encontra o processo de instalação, se os estudos de instalação no edifício previsto estão feitos e, no caso do edifício previsto não ser suficiente para concentrar todos os serviços, se existe alguma hipótese alternativa ou complementar ao edifício do Tribunal; terceiro, é uma questão que tem a ver com outra notícia vinda a público, de acordo com a qual, no âmbito do novo quadro comunitário e os financiamentos para a área social, a Câmara Municipal pretende avançar com a aprendizagem de línguas estrangeiras para os alunos do concelho, perguntando se já foi tomada alguma decisão relativamente à língua ou às línguas a apoiar, considerando que isso terá a ver com a estratégia do município na análise das realidades atuais; quarto, e por último, realçou o carácter extremamente positivo da aquisição dos terrenos onde se situa a área arqueológica do Castro do Banho por parte da Câmara Municipal, considerando que, juntamente com o Castro da Cárcoda, S. Pedro do Sul possui um património histórico e arqueológico de grande valor e que importa recuperar e potenciar, perguntando o que está previsto para aquele espaço agora que já foi alvo de uma limpeza do terreno, lançando a sugestão de se usar uma candidatura, conjuntamente com o Castro da Cárcoda, para a requalificação de ambos, porque também a Cárcoda precisa de uma intervenção. O Deputado Municipal António Augusto Ferreira Gomes (PS) fez a intervenção que a seguir se transcreve: “Na sessão da AM de 10 de fevereiro de 2014, à luz da legislação vigente, o signatário foi eleito como representante da Assembleia Municipal de S. Pedro do Sul na Comissão de Acompanhamento (CA) da Revisão do Plano Diretor Municipal (PDM) do nosso território. Ora, a primeira reunião plenária, que inclui todos os membros da CA, decorreu na passada sexta-feira, dia 11, nas instalações da Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Centro (CCDRC), com sede em Coimbra. Seguindo a Ordem de Trabalhos estabelecida, direi que no primeiro ponto – “Informações” -, a Presidente da CA, Dr.^a Margarida Bento, fez o enquadramento legislativo que enforma o processo em curso, alertando os presentes para a legislação que tem vindo a ser publicada e outra que ainda aguarda publicação, diplomas esses que não devem obstaculizar o prosseguimento dos trabalhos. Sobre o ponto 2, o arquiteto Marta, da CM de S. Pedro do Sul, apresentou o ponto da situação do PDM, começando por lembrar que o processo de revisão foi espoletado em 2001, através da publicação em Diário da República, do Aviso n.º 8867/2001 (2.^a série), a 24 de julho de 2001, onde se estabelecia a calendarização da revisão do documento, que deveria ter terminado em março de 2003. Mais fez referência à “fundamentação da revisão, relatório de avaliação do PDM em vigor, objetivos de desenvolvimento e intervenções estratégicas”, documentos estes entretanto e atempadamente entregues pela CCDRC aos presentes. Sobre o terceiro ponto, o mesmo arquiteto, ainda em nome da Câmara Municipal, fez

**MUNICÍPIO DE S. PEDRO DO SUL****ASSEMBLEIA MUNICIPAL**

a “apresentação da metodologia e do programa de trabalhos da elaboração ou da revisão do PDM, incluindo o respetivo cronograma, bem como as bases cartográficas a utilizar”, documentos que, como os anteriores, foram devidamente entregues aos presentes. De destacar que o novo cronograma aponta para “aprovação do parecer final da CA” no mês de abril de 2016, devendo o processo estar terminado em finais do próximo ano. O objetivo é agora cumprir o timing de 2 anos até à conclusão, conforme a legislação. Seguidamente, o quarto ponto foi preenchido com a intervenção de todos os membros, todos se mostrando disponíveis para colaborar com a CM de S. Pedro do Sul e sua equipa técnica, de forma a agilizar procedimentos, com vista à revisão pretendida e cumprimento do cronograma apresentado. Desde já, alguns intervenientes chamaram a atenção para erros a não cometer e vias de otimização operacional e de resolução de problemas diagnosticados. Outros revelaram haver trabalho bastante adiantado em alguns setores de intervenção. No que concerne ao quinto ponto, relativo à “Aprovação do regulamento interno da CA”, da lavra da CCDRC, a mesma foi adiada, por o documento estar parcialmente em desconformidade com a legislação publicada na véspera, dia 10, o que obriga à reescrita do mesmo.” A Deputada Municipal Mónica Catarina Fernandes de Almeida (PSD) interveio para tecer algumas considerações em torno da redução da natalidade no país e no concelho, afirmando que se trata de um problema estrutural e que, uma vez que o governo possibilitou a redução do IMI para as famílias com filhos, agradece a melhor atenção do executivo camarário no sentido de esclarecer se pretende aderir a essa medida, reforçando que outros municípios já o fizeram. Depois, sobre um segundo assunto, que tem a ver com a revisão do PDM, aproveita e lança duas questões ao executivo camarário: na primeira, pergunta se vai fazer uma revisão do PDM sem se fazer um ajuste da CAOP, ou seja, todos sabem que os limites das freguesias e os limites com os concelhos limítrofes estão errados, vamos fazer uma revisão do PDM integrando esses limites errados? Na segunda, a propósito da complexidade do PDM, pergunta se realmente vão conseguir cumprir esse timing, que é muito apertado, sem se correrem riscos de se verterem erros, nomeadamente na área do regime florestal, que sabemos que não está correto nomeadamente na CAOP e em outros? O Deputado Municipal João Carlos de Oliveira Matias (PS) usou da palavra concedida passando a defender que os elementos da mesa devem ser contidos nas intervenções, exceto em casos pouco problemáticos e pouco políticos, mas refere que tomou a palavra para aludir a uma notícia que considera demasiadamente positiva e que tem a ver com os apoios comunitários, em que S. Pedro do Sul se prepara para receber uma comparticipação dos fundos da Comunidade Europeia de cerca de três milhões de euros, sendo o segundo município com o valor de comparticipação mais elevado. E exemplifica que S. Pedro do Sul, com os três milhões de euros, vai receber mais do que a soma do agregado de Vouzela com Oliveira de Frades, que são concelhos vizinhos. Termina com a pergunta: “Senhor presidente da Câmara, como é que foi possível negociar essa quantia que irá receber?”. O Deputado Municipal António Lopes Ribeiro (PSD) mencionou que apenas interveio para deixar um reparo relativamente à sua aldeia, que é Lourosa da Trapa: “Notei, e não sei se foi da responsabilidade da Junta de Freguesia ou da Câmara Municipal, há uns tempos, logo à entrada da povoação, foi feita a melhoria de um caminho agrícola, que serve, e muito bem, dois ou três moradores, mas que a estrada desemboca num local que não dá para virar.”. E é esse o reparo. Apresenta então uma conclusão: “Deveria existir, do meu ponto de vista, uma placa indicativa de estrada sem saída, ou uma placa indicativa a dizer que apenas se

**MUNICÍPIO DE S. PEDRO DO SUL**

A S S E M B L E I A M U N I C I P A L

refere à utilização de moradores.”. Depois, uma segunda questão, que é sobre as participações comunitárias atribuídas ao concelho de S. Pedro do Sul, refere que essas verbas provêm de projetos anteriores, perguntando em seguida ao senhor presidente da Câmara Municipal, na matéria que lhe é mais sensível, que é o sector primário e a agricultura, como é que está a funcionar um gabinete de apoio ao agricultor da Câmara Municipal? E, se for possível saber, quantas candidaturas foram feitas e quantos projetos foram desenvolvidos? Saber se há candidaturas a regadios tradicionais, uma vez que os caminhos agrícolas não estão contemplados neste quadro comunitário. Saber se existem e se podem haver parcerias conjuntas de agricultores com as autarquias do concelho. Saber se foram apoiados agricultores e jovens agricultores. E termina dizendo que S. Pedro do Sul não é só água termal e só turismo, S. Pedro do Sul é também um complemento na sua totalidade, porque os jardineiros deste concelho são os agricultores: “S. Pedro do Sul é bonito e S. Pedro do Sul tem verdura e socacos porque há alguém vivo nas aldeias, que são os agricultores, a quem temos obrigatoriamente que render a nossa homenagem pelo trabalho que têm realizado, e a quem temos que obrigatoriamente apoiar.”. O Deputado Municipal José Baltazar Cardoso Correia (PS) elogiou a organização do Festival da Água, considerando que se tratou de um enorme sucesso, que se devia repetir e inclusive crescer, porque trouxe muita gente e muita movimentação ao concelho, exemplificando com os números apontados pela RFM: cerca de quatro mil pessoas. Acrescenta que S. Pedro do Sul deve aparecer e ser conhecido pela positiva, devendo igualmente aproveitar a ocasião e agarrar a oportunidade para promover cada vez mais o concelho e se tornar numa referência nacional ao nível do festival, porque não é só a água quente e os tratamentos, é preciso cativar gente mais jovem para vir às Termas e, depois, para poderem também usar essas valências. O Deputado Municipal José Luís Gaspar Campos (PSD) lançou duas considerações ao Presidente da Câmara Municipal: no primeiro aspeto, referiu já ter intervindo em sessões anteriores sobre a segurança das pontes, registando com muito agrado a notícia lida num jornal local e que aludia à requalificação da ponte de Sobral, em Pinho, através de um protocolo existente entre a edilidade de S. Pedro do Sul e a de Viseu; e no segundo aspeto, debruçou-se sobre a segurança da Estrada Nacional nº 227, junto da sua residência, referindo que lá se continuam a dar acidentes, exemplificando com um acidente ocorrido na semana passada e em que a condutora ficou muito mal tratada, reforçando que é preciso pôr cobro a essa situação, sugerindo impor limites de velocidade, que é o que de imediato a Câmara Municipal pode fazer. O Deputado Municipal Custódio Pinheiro da Rocha (PS) questionou o presidente do executivo municipal sobre a substituição de lâmpadas convencionais por lâmpadas LED: “Fiquei um pouco confuso ao ouvir as declarações do senhor deputado do PSD, Mário Almeida, a um órgão de comunicação social falado, por isso solicito a vossa excelência que elucide esta Assembleia se a substituição se reporta ao concelho no seu todo ou se o é apenas nas 77 da cidade, como reporta a nota de imprensa da Câmara Municipal, de doze de agosto de 2015.” O Deputado Municipal Rui Manuel Rodrigues dos Santos Almeida (PS) focou a sua intervenção no anúncio das obras de requalificação do balneário romano nas Termas de S. Pedro do Sul. Considerou que se trata de uma obra com elevada importância turística para o concelho, questionando assim o Presidente da Câmara Municipal: “é desta que a obra avança, ou vamos continuar a ver a obra apenas no papel e continuar a olhar aquele edifício com o elevado estado de degradação em que se encontra?”. O Deputado Municipal José Luís Figueiral Morujão, Presidente da Junta de

**MUNICÍPIO DE S. PEDRO DO SUL**

A S E M B L E I A M U N I C I P A L

Freguesia de Bordonhos (PSD) referiu que aquilo que ali o trazia era o RERAE (Regime Excecional de Regularização das Atividades Económicas), acrescentando que foi implementado para as pessoas que tenham estruturas agrícolas por legalizar em termos de construção o possam fazer ao abrigo deste regime. E continua: “Acontece que estes pedidos têm que ser feitos na Câmara Municipal e têm que ir a uma Assembleia Municipal para ser decretado o interesse público da atividade.”. Sugeriu que se avaliasse a possibilidade de se decretar um interesse público geral, porque, caso as pessoas não possuam esse documento da Câmara Municipal, a partir do dia 2 de Março, têm que fechar as explorações. E refere existirem muitas explorações agrícolas no concelho que estão nessa situação: explorações bovinas, aviários, pedreiras e outras atividades económicas. Alertou a Câmara Municipal para a importância do assunto, esclarecendo que não veio falar em nome de ninguém em particular, mas sim em nome de muita gente que o tem abordado para pedir ajuda nesse âmbito, mencionando que só não ajuda mais porque não é ele quem passa as declarações de interesse público, é sim a Assembleia Municipal. Voltou a alertar para a importância de se resolver essa situação até dia 2 de janeiro, indicando a Assembleia Municipal que está prevista para Dezembro para o fazer, caso contrário é preciso marcar uma sessão extraordinária para resolver a situação. Apelou ainda para que se faça uma divulgação junto das pessoas, que publiquem na página Web do município, para que tenham conhecimento do que é preciso fazer. O Deputado Municipal Manuel Mouro Pinto, Presidente da Junta de Freguesia de Vila Maior (PS) apresentou uma questão recorrente e que tem a ver com o saneamento na freguesia de Vila Maior: “Este saneamento foi iniciado em 2001 na povoação da Cobertinha, por causa da requalificação da estrada regional 228, posteriormente Goja e Sendas em 2006 que foi concluído em 2014. Já que a Câmara Municipal adquiriu o terreno para a construção da respetiva ETAR, na zona de Goja e Sendas, a pergunta que eu coloco à Câmara é a seguinte: para quando o início da fase final?”. Prossegue a sua alocução e refere que, enquanto presidente da Junta de Freguesia de Vila Maior, reitera as preocupações relativamente à revisão do PDM, acrescentando que antes de tudo é preciso discutir as questões da CAOP. O Deputado Municipal José Vasco Paiva Martins, Presidente da União das Freguesias de S. Martinho das Moitas e Covas do Rio (PS) dirigiu-se ao Presidente da Câmara Municipal com a seguinte questão sobre o S. Macário: “Fala-se no turismo, fala-se em obras... Gostava de saber o que se lá vai fazer, porque aquilo é um ponto turístico e o público merece que eu lhes dê algumas informações sobre o que se vai fazer lá.”. Terminadas as intervenções de todos os deputados municipais inscritos, o Presidente da Assembleia Municipal deu a palavra ao Presidente da Câmara Municipal que se dirigiu aos presentes com as seguintes respostas, esclarecimentos e comentários: passando a dar resposta ao proferido pelo Presidente da Junta de Freguesia de Pinho, José Moita, afirmando que, provavelmente, a atual Câmara Municipal já fez mais pela freguesia de Pinho em dois anos do que a outra Câmara Municipal fez em quatro anos, escusando-se a elencar todas as obras feitas em Pinho, por se tornar fastidioso. Fala no futuro e na estrada de ligação da EN 228 a Pinho que vai ser requalificada, acrescentando que espera ainda este ano avançar com a obra, nomeadamente com o corte das curvas, porque inclusive já começaram a cortar as árvores que ladeiam essa estrada e a contactar com os proprietários para cederem o espaço, esperando apenas que terminem as obras de alargamento da estrada de Serrazes para que as máquinas e camionetas se desloquem de lá para a estrada de Pinho. Depois, a respeito da estrada que liga Pinho a Sobral ou Pinho a Mosteirinho, anunciou que vai entrar no

**MUNICÍPIO DE S. PEDRO DO SUL****ASSEMBLEIA MUNICIPAL**

plano de execuções do próximo ano, significando que as hipóteses de avançar para o ano que vem são grandes. Considera igualmente necessário levar a cabo obras na estrada que liga Pinho a Vila Maior, informando não saber ainda se, para o ano, o executivo municipal vai ter condições de fazer a requalificação ao nível do alcatrão, acrescentando já ter solicitado a dois fiscais da Câmara Municipal para contactarem com os proprietários de terrenos junto a duas curvas a seguir à ponte, que são apertadas e que, caso tenha condições financeiras, avança com a sua retificação, garantindo ainda que: “se não avançar para o ano, avançará para o ano seguinte.”. Seguidamente, sobre o saneamento, sobretudo o saneamento na estrada principal, refere que a infraestrutura vai desde o campo do futebol, passará por toda a rua e seguirá até entroncar com o de S. Pedro do Sul, esclarecendo que o projeto foi feito, que a candidatura está na sua fase final e que entrará juntamente com a construção da nova ETAR, de forma que está previsto avançar com essa obra para o próximo ano. Sobre as fossas de Mosteirinho e Sobral, adianta serem fossas que se encontravam saturadas há muitos anos, que transbordavam para as propriedades dos vizinhos e que corriam para as linhas de água, poluindo os rios. Além disso, os terrenos onde se construiu a fossa do Sobral nunca tinham sido escriturados, informando que já se procedeu à compra, em Mosteirinho, de um terreno para a construção de uma nova fossa, e que, no Sobral, já se procedeu ao levantamento topográfico para se fazerem os projetos das duas localidades, pretendendo ainda este ano levar a reunião de Câmara esses projetos para que possam ser aprovados e mais tarde candidatados. Depois, no que diz respeito ao edifício da Junta de Freguesia de Pinho, confirmou saber que tem problemas de infiltrações de água, comprometendo-se a enviar os funcionários municipais para intervirem ao nível do telhado e com isso evitarem as infiltrações. Abordou ainda a construção de um polidesportivo em Pinho, que está previsto e que, inclusive, já tem projeto elaborado, aguardando apenas oportunidade para entrar numa candidatura com comparticipações na ordem dos 50% ou 60%, que não pode ser desaproveitada. Por fim, referiu-se ao desabafo do senhor presidente da Junta de Freguesia de Pinho, que manifestou a vontade de “se tirar às Juntas mais ricas para se dar às Juntas mais pobres”, confirmando que no município de S. Pedro do Sul existem Juntas de Freguesia que têm situações financeiras muito melhores do que outras: “temos aqui Juntas que vivem essencialmente das transferências que recebem do Estado, enquanto as Juntas da zona da serra têm receitas das eólicas, dos baldios onde fazem cortes frequentes e assim recebem muito dinheiro.”. Menciona que o executivo camarário tem isso em consideração e que está a tentar compensar as Juntas que têm menos rendimentos. E finalizou com a indicação de que as obras elencadas são as obras a realizar no próximo ano em Pinho, projetos que vêm na sequência dos compromissos assumidos no manifesto eleitoral e que vão ser cumpridos: “acima de tudo não nos podemos virar para outras obras que não foram agendadas sem antes cumprir aquelas com que nos comprometemos, embora saibamos que há sempre outras situações igualmente necessárias.”. Em resposta a João Duarte, representante da União de Freguesias de S. Pedro do Sul, Várzea e Baiões, o Presidente da Câmara Municipal informou que o executivo municipal está a analisar a redução do IMI para as famílias numerosas e não só, acrescentando ser possível apresentar já na próxima reunião de Câmara uma proposta sustentável e bem pensada. Lembrou que se trata de uma medida tomada pelo Governo em vésperas de eleições, mas que, assim, prejudica as autarquias pois atiram o ónus da medida para os municípios, realçando contudo que, apesar da autarquia sampedrense ter aderido ao PAEL e, portanto, não poder abdicar de

**MUNICÍPIO DE S. PEDRO DO SUL****ASSEMBLEIA MUNICIPAL**

certas receitas, porque senão torna-se necessário cobrar outras receitas, prejudicando os munícipes, em S. Pedro do Sul o IMI já se encontra com as taxas mínimas, mas o senhor presidente comprometeu-se a analisar montantes para beneficiar as famílias do concelho com um número maior de filhos, aliviando o pagamento do IMI. Passou depois para o assunto relacionado com os acidentes na reta de Várzea, confirmando que é um facto e acrescentando que existia um projeto de execução da Câmara Municipal para a requalificação da ligação da cidade às Termas, mas que o novo quadro comunitário de apoios não trouxe verbas para obras com alcatrão: “ou seja, todas as obras com alcatrão que venhamos a colocar daqui para a frente serão sempre com gastos do município, porque não existem participações para colocar alcatrão.”. Continuou e informou que os técnicos que estavam a trabalhar nessas melhorias da estrada para as Termas foram deslocados para trabalharem noutros projetos que no momento podem ser candidatados, adiantando, em primeira mão, que está a ser executado um projeto grandioso e que vai beneficiar as Termas, S. Pedro do Sul e todos aqueles que nos visitam: vai-se construir uma barragem para controlar os caudais do rio Vouga nas Termas e assim limpar o rio e criar um espelho de água; construir um percurso pedonal ao longo do Vouga, que, numa primeira fase, se vai alongar até à Senhora da Nazaré, em Drizes, e que depois fará a ligação à antiga linha do caminho-de-ferro, seguindo pela futura ciclovía; vão-se lançar duas pontes pedonais, à semelhança do que se fez em Arouca, com uma a ser construída na Senhora da Nazaré e a outra na zona do Gerós, sendo que se vai proceder à recuperação das casas de banho aí existentes, porque afluem mais pessoas às piscinas do Gerós do que aquilo que as casas de banho e os vestiários comportam, não estando em conformidade com a lei; e vai-se construir um parque infantil e um circuito de manutenção igualmente na zona do Gerós. Trata-se de uma obra grandiosa que, se for conseguida, terá uma participação de 85%, possibilitando um passo em frente no dinamismo turístico do concelho de S. Pedro do Sul. Voltou à questão da estrada e informou o senhor João Duarte que a situação da reta de Várzea está em standby e que o senhor vereador do pelouro competente, o Dr. Francisco de Matos, vai averiguar sobre a melhor situação de momento para tentar ultrapassar o problema, enquanto não se proceder à requalificação desse troço da estrada. Em seguida, sobre o cruzamento da Lameira, reiterou tratar-se de um problema, que a via pertence às Estradas de Portugal e que já oficiaram um encontro para encontrarem uma solução alternativa que solucione o problema daquele espaço, acrescentando que, na mesma reunião, pretendem que, aquele troço de estrada que fica após a reta de Várzea, no cruzamento para as Termas, que pertence à Junta Autónoma das Estradas, passe igualmente para o município de S. Pedro do Sul, podendo assim incluir-se no dito projeto da estrada de S. Pedro do Sul e Termas. Em resposta à deputada municipal Maria Ester Vargas, o presidente do executivo municipal, sobre a existência de uma reunião com a Associação Nacional de Municípios para discutirem o acolhimento de refugiados, referiu não ter ideia de ter sido convidado para a dita reunião, acrescentando ter conhecimento da existência de um memorando que elucida sobre a forma de procedimento para esses casos, e apresenta a sua opinião pessoal: “O município de S. Pedro do Sul está disposto a participar e a ajudar, mas queremos saber qual a posição da igreja católica, dentro do nosso município, porque sei que o Papa deu indicações para que a Igreja também se empenhe na ajuda a prestar e queremos saber quais são os apoios que o Estado se compromete a dar para recebermos os refugiados, porque, apesar de todos falarmos nos refugiados, parece que nos esquecemos que temos no concelho

**MUNICÍPIO DE S. PEDRO DO SUL****ASSEMBLEIA MUNICIPAL**

peessoas muito necessitadas, inclusive algumas pessoas que começam a passar fome e a ter dificuldades com o sustento dos filhos, que precisam também da nossa ajuda.”. Prosseguiu e abordou a questão da Loja do Cidadão, dizendo que: “A Loja do Cidadão é uma competência do Estado. O Estado quis criar uma Loja do Cidadão nas instalações do tribunal judicial, não nos perguntou opinião, decidiram por eles. Foi uma decisão do Estado. E como decisão do Estado compete ao Estado resolver o problema. Sei ainda que existe um contencioso entre o IRN e as Lojas do Cidadão, em que as Lojas do Cidadão tomaram essa posição à revelia do IRN e das outras instituições. Eles que criaram essa situação, agora que a resolvam.”. De acordo com o proferido sobre o novo quadro comunitário e o ensino de línguas estrangeiras, informou que o plano foi aprovado recentemente, de forma que ainda não tiveram oportunidade de averiguar quais são as línguas estrangeiras que vão ser trabalhadas, ficando a aguardar as reuniões que se vão fazer entre a CIM e as autarquias que estão com esse projeto. Terminando, a propósito do Castro do Banho, o senhor presidente da Câmara Municipal comentou que a aquisição do terreno era um assunto de que se já se falava há muito tempo e que este executivo concretizou a compra do Castro do Banho: “já iniciamos a limpeza desse mesmo castro; posso adiantar que já contratamos uma equipa de sapadores florestais para irem limpar o restante, até porque estava tudo cheio de giestas e mato e trata-se de uma área grande, uma área superior a 1hectare, mas temos mesmo necessidade de proceder à limpeza do castro, porque queremos fazer o levantamento topográfico e termos a consciência exata da área que ali temos; e posso adiantar que tentamos incluir este castro numa Rota dos Castros, que iniciamos, onde se pretende proceder à recuperação desses mesmos castros e faz parte do pacto do projeto que assinamos na semana passada, só que vai ter que ficar para uma segunda fase, porque não havia verbas suficientes para serem distribuídas por todas as Câmaras Municipais, ou seja, apenas entrará numa segunda fase se realmente houver verbas disponíveis.”. E conclui com a congratulação pela compra da área arqueológica, porque se trata do primeiro castro que a autarquia municipal possui e considera ser importante a preservação do património histórico e arqueológico do concelho, porque: “um povo que não recupera o seu património, não é povo que pense no futuro. E, com a compra deste castro, estamos a dar um grande passo, sobretudo, se possível, com a sua reconstrução, e ao mesmo tempo das ruínas romanas, de forma que, caso consigamos tudo isto num curto espaço de tempo, daremos um passo de gigante no que diz respeito à preservação, recuperação e valorização do património histórico do nosso concelho.”.Em resposta ao deputado municipal António Ferreira Gomes, sobre a questão da revisão do PDM, informou que, a partir do momento em que o atual executivo camarário tomou posse, já lá vão dois anos, começou por se dedicar à possibilidade de alteração do PDM; acrescentando que destinaram dois técnicos superiores para trabalharem em exclusivo no assunto, que já foram investidos milhares de euros na revisão do PDM, uma vez que existem especificidades de certos trabalhos que fogem aos conhecimentos técnicos dos serviços camarários e, portanto, é preciso contratar empresas de fora para executar esses estudos, exemplificando que é preciso encomendar um estudo que custa vinte mil euros. Reforça, todavia, que está a ser feita uma coisa que não foi feita ao longo dos últimos vinte anos: “Noutras terras e noutros municípios nunca se demorou tanto tempo para se rever um PDM. Nós demoramos vinte anos, mas agora estamos a fazê-lo. E esperamos que a curto prazo consigamos rever alguma coisa do PDM, porque estamos a falar em coisas importantes: estamos a falar no futuro de S. Pedro do Sul, estamos a falar na possibilidade ou

**MUNICÍPIO DE S. PEDRO DO SUL****ASSEMBLEIA MUNICIPAL**

não de construir um novo parque industrial, estamos a falar na possibilidade ou não de recuperarmos o parque industrial que já existe, é preciso comprar um terreno para construir o parque da cidade e isto mexe com o PDM e há outros assuntos muito importantes que mexem igualmente com o PDM.”. Depois, sobre o proferido em relação à extração de inertes em Drizes, e sobre o assoreamento da barragem e remoção de areias do rio, comentou que esse foi um assunto iniciado através de uma intervenção da deputada municipal Maria Ester Vargas numa rádio local, considerando que se tratou de uma leitura injusta e incorreta da senhora deputada, passando a citar as palavras ditas: “Já não falo do aproveitamento das margens, desígnio de tantos anos transformado em projetos e mais projetos.”. E continuou com um esclarecimento: “Não há nenhum projeto e nem nunca houve nenhum projeto. Houve um esboço, mas nunca houve nenhum projeto para as margens do rio.”. Depois, cita mais: “Mas a própria qualidade das águas do rio continua poluída, vítima da incúria de alguns, da indiferença e de um estado de responsabilidades de diversos organismos.”. E volta a esclarecer: “Eu queria perguntar, senhora deputada, o que é vítima da incúria de alguns. Quem é que teve responsabilidades para que os rios tenham as margens da forma que têm e para que as águas estejam da forma que estão? Provavelmente, senhora deputada, a senhora também terá muita culpa, porque a senhora foi deputada municipal durante muitos anos e presidente desta Assembleia durante muitos anos e eu nunca ouvi uma palavra sua para falar nisso, de forma que, quando se atira a pedrinha ao ar, é preciso ver onde é que ela vai cair.”. Dirigindo o seu comentário às praias fluviais, o senhor presidente do executivo camarário informou que em S. Pedro do Sul não existem praias fluviais, porque as praias fluviais obedecem a uma legislação muito específica e o concelho não tem nenhuma que possa ser chamada de praia fluvial. Continua e cita de novo as palavras da senhora deputada municipal Maria Ester Vargas: “Assim parece estranho que em pleno verão se utilize a extração de areia do leito do rio, de tal modo que zonas há que ficaram completamente esburacadas e secas, diz-se...”. E responde de imediato: “Diz-se? Uma senhora deputada municipal a dizer: diz-se... Quer dizer, a senhora ouve uma coisa qualquer e escreve e diz. A senhora deputada é uma senhora experiente, já foi deputada da nossa nação, tem agora altos cargos representativos junto da Europa, a senhora não pode ir pelo “diz-se”. Se a senhora queria saber alguma coisa, era só telefonar-me, ou telefonava a qualquer vereador, e nós dávamos-lhe a resposta correta. Agora penso que é de muito mau tom a senhora ir para uma rádio e falar em “diz-se”.”. Prossegue com as citações: “A ser verdade, estamos perante a situação caricata de termos uma entidade que deveria zelar pela integridade do rio, a levar a cabo o que pode ser considerado um atentado ambiental.”. De seguida comenta: “Isto é que é grave, senhora deputada. A senhora não pode ir pelo “diz-se” e, depois, vir falar em atentados ambientais. É claro que a Câmara Municipal provavelmente poderá fazer alguns atentados ambientais, mas fá-lo porque não tem condições para os ultrapassar. Estamos a falar a nível de saneamento. E estamos a trabalhar para melhorar isso. Mas, no que diz respeito ao rio, não existe aí qualquer atentado ambiental e nem nunca o iríamos fazer sem autorização.”. Fala depois sobre a pouca água que o rio leva, considerando um facto, mas que era o que mais faltava se dissessem que a culpa do rio levar pouca água fosse do presidente da Câmara, esclarecendo que o rio leva pouca água, porque, conforme o comunicado veiculado, já não chove há cinco meses. E apresenta relatórios e mapas que referem um risco elevado de seca naqueles rios. Informa que S. Pedro do Sul está em risco de seca extrema, exemplificando com o local onde se recolhe a água para



MUNICÍPIO DE S. PEDRO DO SUL

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

abastecer a cidade, no rio Sul, informando que a água nem sequer entra no poço, porque não existe água, e provando com os baixos índices de água nas barragens, que já começam a libertar água para a sobrevivência dos peixes. Termina dizendo que a senhora deputada municipal tem toda a legitimidade para questionar, que não fica nada incomodado por criticarem, reforçando apenas que se critique com razão e de forma construtiva, porque quem está num cargo governativo acaba por cometer erros e o criticar por criticar cria ruído e isso é prejudicial para todos. E ainda acrescenta: “A senhora agora critica-nos por fazermos o mesmo que os outros seus colegas fizeram? E fizeram muito bem! E vou dizer-lhe porque é que a areia é extraída e para onde vai ela: a areia está a ser retirada do rio para ir para o estaleiro municipal e depois servir para executarmos todas aquelas obras que durante o ano executamos e para fornecer às Juntas de Freguesia que nos solicitam, de forma que, o que nós estamos a fazer, é reduzir custos futuros à autarquia, ao mesmo tempo que estamos a desassorear o rio.”. Em resposta à deputada municipal Mónica Almeida, sobre as questões da redução do IMI para as famílias numerosas, afirma que já esclareceu esse assunto em intervenção anterior. Passa, em seguida, para as questões levantadas em relação à revisão do PDM e a atualização do CAOP, ou seja, a relação entre o PDM e os limites das freguesias, explicando que S. Pedro do Sul andou muitos anos sem resolver o problema dos limites das freguesias, que se agudizam nas freguesias de serra, exemplificando com as extremas de Santa Cruz da Trapa, Carvalhais e outras, e acrescentando que a revisão da CAOP, sendo importante para a Câmara Municipal, não é mais importante do que a revisão do PDM: “Nós não podemos ter técnicos a trabalhar em todos os sectores, sob pena de não se fazer nada.”. Continua e lembra que a questão do PDM e os limites errados diz respeito às Juntas de Freguesia, às associações de compartes e, em último caso, compete à Assembleia da República: “As Juntas de Freguesia, por si, também têm que chegar a um entendimento, sendo que a Câmara Municipal pode estar aqui no meio como um árbitro. Não compete à Câmara Municipal resolver esse assunto.”. E reforça: “Neste momento estamos preocupados com a revisão do PDM, que é muito mais importante para o concelho do que a revisão do CAOP, de forma que, se os senhores presidentes das Juntas quiserem avançar com alguma coisa, nós cá estaremos para receber as opiniões deles.”. Em resposta ao deputado municipal João Carlos Matias, que abordou a posição de S. Pedro do Sul face aos fundos comunitários e a forma como foi possível atingir esses valores, o senhor presidente da Câmara Municipal esclareceu, em primeira mão, que os valores só não foram melhores porque o executivo camarário não quis, passando a explicar: “Nós não quisemos, porque nós podíamos ir buscar mais um milhão e cem mil euros para a requalificação da Escola Secundária, e nós não quisemos, porque a Escola Secundária precisa de quatro ou cinco milhões para ser requalificada. E eu não posso aceitar um milhão, porque senão calam-me logo de uma vez por todas, sendo que ainda era preciso entrar com 15%, que foi o que aconteceu no município de Viseu: entrou no esquema do Governo e agora vai ter que entrar com o dinheiro. E nós não quisemos. As obras hão de ser feitas na mesma, o Estado há de ir lá fazer a sua intervenção e a Câmara Municipal não tem que pagar os 15%, verbas essas que são muito importantes para as vossas freguesias executarem outras obras.”. Informa que o montante a receber foi negociado com os outros municípios, sendo que o vice-presidente, Dr. Pedro Mouro, teve um papel preponderante na negociação, porque foi o representante da Câmara que, na parte final, acompanhou o processo e negociou esses valores, de forma que grande parte do mérito dessa negociação foi do

**MUNICÍPIO DE S. PEDRO DO SUL****ASSEMBLEIA MUNICIPAL**

Dr. Pedro Mouro, que soube negociar com os outros parceiros a melhor forma de S. Pedro do Sul ter mais verbas. Em resposta ao deputado municipal António Lopes Ribeiro, o presidente da Câmara Municipal informa que o caminho a que se referiu não é agrícola, mas sim um caminho de acesso a umas casas; que é um caminho sem saída, mas que um carro normal manobra lá bem para fazer inversão de marcha; e que sim, pode lá colocar-se uma placa a indicar estrada sem saída. Acrescentou que a intervenção nesse caminho é já uma obra deste executivo e que só não beneficiou de imediato o último morador, porque o mesmo não quis ceder terreno para o alargamento do caminho, mas que é uma questão ultrapassada: “neste momento ele já vai ceder e, provavelmente, não sei é quando, vai ser melhorado o acesso à última casa.”. Depois, sobre “alguns projetos que vinham de trás”, o senhor presidente da Câmara Municipal diz não saber a que projetos se refere o senhor deputado municipal Lopes Ribeiro, porque todos os projetos que o atual executivo municipal candidatou e que vêm aprovados para os fundos comunitários são todos projetos novos. Acrescenta que se é o projeto de requalificação das ruínas romanas, está enganado porque o projeto avançou já em 2014, com esta Câmara, uma vez que o projeto estava parado já desde 2011: “O projeto não estava feito, tanto é que nós tivemos que apresentar os projetos de especialidade, tivemos que pagar ao arquiteto que estava com esse projeto vinte e cinco mil euros, e o projeto nunca avançou porque nunca tinham pago ao arquiteto, de forma que foi connosco que o projeto avançou.”. E, dirigindo-se à senhora deputada municipal Maria Ester Vargas, aproveita e refere uma notícia do jornal local “Gazeta da Beira”, onde a senhora deputada se vangloriou pelo contributo dado em prol do avanço da obra, esclarecendo que a senhora deputada deu um contributo sim, mas já depois de estar tudo resolvido: “isto é como os cucos: não se pode andar a pôr ovos nos ninhos dos outros.”. Continua e acrescenta: “Aquele projeto estava parado desde 2011, nós entramos na Câmara em Outubro de 2013 e eu dei de imediato instruções ao senhor Dr. Matos para avançar com esse projeto, o qual informou que não se podia avançar porque se deviam vinte e cinco mil euros ao arquiteto. Não podemos avançar na altura e tivemos que esperar pelos fundos disponíveis no início de 2014, pagamos ao arquiteto e ele avançou com os projetos de especialidade. E só nessa altura é que nós entregamos os documentos na Direção Geral da Cultura. Comunicamos então, publicamente, à comunicação social, que nós tínhamos apresentado os projetos. Eu próprio e o Dr. Matos fomos à Direção Geral da Cultura e falamos com a senhora diretora regional, sendo a partir dessa altura que se começou a despoletar toda essa situação. Foi tudo público, saiu na comunicação social. E só mais tarde, na Assembleia da República, a Dr. Ester Vargas falou com o senhor secretário de Estado no sentido de se poder avançar com aquela obra. E isso também foi público, honra à senhora deputada que comunicou isso. Não quer dizer que antes de 2011 não possa ter tido alguma intervenção, acredito que sim. Mas de 2011 até 2013 o processo esteve completamente parado.”. Por fim, sobre o Gabinete de Apoio ao Agricultor, o senhor presidente da Câmara Municipal informa que existiu enquanto existiu o projeto CLDS. Mais, entretanto acabaram com o projeto e o gabinete foi igualmente extinto, sendo que o executivo camarário está, no momento, a preparar novas candidaturas para se poder avançar novamente com a criação desse gabinete. Em resposta ao deputado municipal Baltazar Correia, e sobre a questão do Festival da Água, o presidente do executivo camarário confirmou que se tratou de um sucesso e que trouxe muitos visitantes ao concelho, com muitos pais e jovens a enviarem mensagens de apoio e com manifestações de orgulho em serem de S. Pedro do Sul. Mais informou que se tratou de uma

**MUNICÍPIO DE S. PEDRO DO SUL****ASSEMBLEIA MUNICIPAL**

organização da Termalístur e que, portanto, quanto às verbas, não houve necessidade da Câmara Municipal disponibilizar fundos para a festa, porque são entidades diferentes. Em resposta ao deputado municipal Luís Campos, sobre a segurança das pontes, o presidente da Câmara Municipal informou que a estrada, o saneamento e a água de Vila Nova foram feitos e inaugurados recentemente, acrescentando que seria o único projeto em S. Pedro do Sul que podia ter sido participado através de uma candidatura POVT, em que verbas comunitárias podiam ter pago aquela obra a 85%: “infelizmente quando fomos já era tarde e não foi possível, mas mesmo assim realizamos a obra.”. Depois, no que respeita à ponte de Sobral, mencionou ter em sua posse toda a documentação acerca da intervenção na ponte, confirmando que se trata de uma intervenção de fundo, necessária e urgente, onde a Câmara Municipal de S. Pedro do Sul irá investir cerca de quarenta mil euros e a Câmara Municipal de Viseu outros quarenta mil euros, porque é uma ponte comum aos dois concelhos. Termina com o assunto relativo à segurança na Estrada Nacional nº 227, considerando serem certas e cheias de razão as preocupações do senhor deputado municipal Luís Campos, mas realçando que se trata de uma curva como muitas outras curvas ao longo daquela e de outras estradas que atravessam o concelho, comprometendo-se a analisar a situação em conjunto para encontrarem uma solução viável que resolva o problema. Em resposta ao deputado municipal Custódio Rocha, que se pronunciou sobre a iluminação através das lâmpadas LED, o senhor presidente do executivo aproveitou o ensejo e citou umas palavras do deputado municipal Mário Almeida: “Para já tratam-se apenas de anúncios de decisões tomadas, intenções de candidaturas e expectativas de financiamentos. Nós cá continuaremos atentos.”. E comenta assim: “Então, continue atento, senhor Mário, que hoje vai votar precisamente isso. A candidatura está feita e o financiamento garantido, de forma que mais uma vez falam sem saber.”. Dirige-se, enfim, ao senhor deputado municipal Custódio Rocha e esclarece que a presente candidatura tem 77 pontos de luz a colocar ao longo da Avenida Sá Carneiro, da Rua 25 de Abril, da Rua do Solar da Lapa, da Rua Serpa Pinto, da Travessa do Querido e da Rua Quinta do Marquês; e é a primeira candidatura de outras que se farão no futuro, reduzindo assim a fatura do município com a energia elétrica, que atualmente orça em cerca de um milhão de euros por ano. Acrescenta que nesta primeira fase será privilegiado o centro da cidade, que o projeto é feito com fundos comunitários estimados em cerca de dezassete mil euros e que, no futuro, se pretende alargar a outras áreas do concelho. Em resposta ao proferido pelo deputado municipal Rui Almeida, sobre a requalificação do balneário romano, o presidente da Câmara Municipal disse que tudo indica que essa obra possa arrancar para o ano que vem, mas que, durante a presente semana, ainda vão reunir com a senhora diretora regional da cultura, de forma negociarem se vai ser uma obra da Câmara Municipal ou uma obra do Estado, porque, se for uma obra da Câmara Municipal, o município terá que suportar 15% das despesas, mas, se for uma obra do Estado, já será o próprio Estado a arcar com os 15%. Em resposta ao presidente da Junta de Freguesia de Bordonhos, sobre o novo projeto das estruturas agrícolas, o senhor presidente da Câmara Municipal, em suma, referiu as várias conversas que teve com o senhor presidente da Junta de Freguesia de Bordonhos e que dois fiscais camarários estão a proceder a um levantamento de todas as explorações agrícolas, de modo a que fique concluído até ao final do presente ano. Depois, devido à ausência de representação da Câmara Municipal numa reunião ocorrida, esclareceu que o órgão camarário é constantemente solicitado para reuniões e que, por isso, o executivo procede a uma triagem das

**MUNICÍPIO DE S. PEDRO DO SUL****ASSEMBLEIA MUNICIPAL**

reuniões mais importantes para o município, sendo a essas que comparece. Em resposta ao presidente da Junta de Freguesia de Vila Maior, sobre o assunto levantado, que tem a ver com o saneamento nas freguesias de Bordonhos e Serrazes, o senhor presidente da Câmara Municipal informou que os projetos já estão elaborados e aprovados em reunião de Câmara, acrescentando que estão a ser preparados os projetos de saneamento na área de Santa Cruz da Trapa. Em seguida, voltando à intervenção do senhor presidente da Junta de Freguesia de Vila Maior, sobre o saneamento na sua freguesia, elucidou que Vila Maior neste momento não tem nada em termos de saneamento, mas que o executivo camarário já adquiriu um terreno em Sendas e que já foi efetuado o levantamento topográfico desde a Cobertinha até Sendas, de forma que a qualquer momento se vai dar início à realização do projeto, após o qual se vai avançar para uma candidatura para a execução do saneamento entre a Cobertinha, Goja e Sendas: “Ainda não abriram os prazos para apresentação de candidaturas, de forma que, em termos de saneamento, nada avançou, a não ser a construção da grande ETAR.”. Em resposta ao presidente da União das Freguesias de S. Martinho das Moitas e Covas do Rio, sobre as intervenções no monte de S. Macário, o senhor presidente da Câmara Municipal adiantou que está a ser concebido um projeto de requalificação daquele espaço, mas que não se pode comprometer com um prazo de execução, porque teve necessidade de deslocar alguns recursos técnicos para outros projetos com mais hipóteses de financiamento. Garantiu sim, que após terminado esse outro projeto, voltam de novo para o projeto do S. Macário. Findo o período de respostas e esclarecimentos do presidente da Câmara Municipal, o Presidente da Assembleia Municipal permitiu a réplica dos seguintes deputados municipais: A Deputada Municipal Maria Ester Vargas de Almeida e Silva (PSD), na sequência da resposta do presidente da Câmara Municipal, regozijou-se por ter no senhor presidente um atento leitor e ouvinte das suas opiniões. Mas, no caso dos comentários à sua crónica, esclareceu que o tema não era a atuação da Câmara Municipal, mas sim a situação da água no nosso concelho, mantendo todavia a designação “incúria”, que se refere aqueles que lançam os esgotos no rio, que deixam os sacos plásticos, entulhos e outros lixos nos rios, porque considera que existe no nosso país uma falta de cultura cívica e ambiental. Seguidamente, em relação às praias fluviais, compara a condição do que temos no nosso concelho com as praias fluviais de outros concelhos e considera que não temos a situação ideal, esclarecendo que apenas pretendeu alertar para o facto de S. Pedro do Sul ter condições naturais para ter praias fluviais, apesar de todas as exigências: análises das águas, condições estruturais. Assim, a senhora deputada municipal, partindo da informação de que não existem praias fluviais no concelho, deixou uma sugestão: “peço que mande corrigir a página oficial da Câmara Municipal, porque fala lá na praia fluvial de Pouves.”. Mais sugeriu que, uma vez que S. Pedro do Sul tem condições naturais excelentes para ter várias praias fluviais, a Câmara Municipal comesse a pensar nesse recurso e na construção de infraestruturas que potenciassem as praias fluviais. Acrescentou que a água é a marca identitária do nosso concelho, concordando com as observações do senhor deputado Baltazar Correia: “a Câmara Municipal deve contribuir para que o Festival da Água seja um grande festival, partindo efetivamente da água. Concordo com a importância do festival e com a necessidade do festival crescer, mas sugeria também que, já que tem o nome de Festival da Água, que a água, no concelho, fosse tratada como um produto de primeira ordem, porque isso pode ter um grande retorno para o concelho.”. Sobre a extração de areias do rio, informou que foi alertada para o sucedido, acrescentando que, como seria normal,



MUNICÍPIO DE S. PEDRO DO SUL

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

a Câmara Municipal não divulgou uma nota informativa prévia a alertar que ia proceder à extração de areias, daí ter alertado para o facto através da crónica radiofónica. E concluiu dizendo que a Câmara Municipal entrou na crónica, mas que o tema principal era a água e a necessidade de se apostar nos cursos de água do concelho. Terminou com o assunto dos projetos estruturantes para o desenvolvimento de S. Pedro do Sul, considerando que o concelho precisa dessas obras estruturantes e que o Governo está atento às necessidades de S. Pedro do Sul, porque tem reconhecido e contribuído para a criação desse valor acrescentado para o concelho: “significa que S. Pedro do Sul não tem estado esquecido e é bom que não se ataque apenas o Governo, que tem estado atento às necessidades do concelho e, provavelmente, continuará a estar. E o que importa é que haja desenvolvimento no concelho e projetos que sejam estruturantes para o desenvolvimento do concelho.”.A Deputada Municipal Mónica Catarina Fernandes de Almeida (PSD) usou da palavra e começou por se dirigir ao Presidente da Assembleia Municipal, referindo que, nas últimas sessões da Assembleia Municipal, se tem assistido à discussão, e muito bem, de todos os deputados com resposta do senhor presidente da Câmara Municipal, mas que, por vezes, são discutidas situações que não são alvo de intervenções nas Assembleias, manifestando assim que, face ao regulamento, é uma situação que não parece a mais correta, acrescentando que existem órgãos próprios para dar essas respostas, o que não é o caso das Assembleias Municipais. Num segundo assunto, sobre o PDM, esclarece o seguinte: “Eu sei que interessa muito ao concelho de S. Pedro do Sul rever o PDM, no entanto, a responsabilidade fica no executivo de tomar as decisões de rever o PDM e incutindo, nesse mesmo PDM, constrangimentos que são piores do que o que temos agora: estou a falar na questão da CAOP e volto a falar na questão do regime florestal, que neste momento abrange uma área gigantesca no concelho de S. Pedro do Sul; estou a falar em questões como as novas condicionantes que temos que colocar, nomeadamente as áreas percorridas por incêndios que passam a contar para as construções, nomeadamente da cartografia de risco de incêndio, nomeadamente das áreas urbanas.”. E continua: “Nós, com a revisão do PDM que vamos ter, tenho dúvidas se as áreas urbanas vão aumentar ou diminuir, porque, como sabemos, a população tem diminuído e elas têm que ser ajustadas à população.”. Conclui com a opinião de que podem ser feitas alterações pontuais ao PDM, exemplificando com a revisão para o parque industrial, considerando que depois se pode fazer uma revisão do PDM com todas as responsabilidades: no caso da CAOP, a responsabilidade das Juntas de Freguesia, da Câmara Municipal e da Assembleia da República. O Deputado Municipal António Augusto Ferreira Gomes (PS), em resposta às dúvidas e preocupações da deputada municipal Mónica Almeida sobre a revisão do PDM, considerou compreender e disse não estar em condições de a sossegar, mas afirmou igualmente que, de acordo com a reunião, em Coimbra, onde esteve presente juntamente com o vereador Francisco de Matos e a equipa técnica camarária, todas essas preocupações manifestadas estão em cima da mesa para serem debatidas por todas as entidades, enfatizando a disponibilidade de todos para acelerar o processo e ajudar a equipa técnica da Câmara Municipal a limar as dúvidas que existem, em especial a disponibilidade do senhor Eng.º João Cordeiro, da Direção Geral do Território, que é a pessoa que mais terá a dizer sobre as questões das delimitações das freguesias e dos próprios municípios. E conclui com a certeza de que a DGT se encontra atenta e interessada em discutir essas questões intra-concelhias, de forma a não repetir erros que são reconhecidos. O Deputado Municipal Mário António de

**MUNICÍPIO DE S. PEDRO DO SUL****ASSEMBLEIA MUNICIPAL**

Almeida (PSD) em resposta ao proferido pelo presidente da Câmara Municipal, usou da palavra e começou por cumprimentar todos os presentes e por agradecer a boa receção em Pinho, passando em seguida a considerar que o senhor presidente da Câmara Municipal tem algumas dificuldades em lidar com as críticas da oposição, especialmente com aquilo que vai escrevendo e falando nas crónicas radiofónicas: “Ó senhor presidente, eu fiz algumas críticas em relação a propostas, anúncios de candidaturas e projetos que esta Câmara tem levado a efeito, mas o senhor não rebateu em nada aquilo que eu disse.”. E, depois, repetiu as palavras do senhor presidente da Câmara Municipal, que considerou que o senhor deputado municipal Mário Almeida estava a mentir ao dizer que a Câmara Municipal não apresentava projetos, candidaturas e intenções de financiamentos, contrapondo com o exemplo da proposta das lâmpadas LED que vai hoje a votação, no que o dito deputado respondeu, expondo o seguinte: “Se quisermos ir ao artigo que referiu, eu disse, no final da narrativa: vamos ver. Por agora eu ainda não vi nem as LED’s nem as máquinas no terreno. As intenções estão cá, nada do que eu disse é mentira. Portanto, vamos ficar a aguardar para o final, no final do mandato é que vamos avaliar se os projetos foram avante, se as propostas avançaram, se os financiamentos existem.”. Prosseguiu e, no seguimento do proferido pelo senhor presidente da Junta de Freguesia de Pinho, sobre os limites das freguesias e a existência de freguesias mais ricas e outras mais pobres com a repartição equitativa dos recursos entre as freguesias, o deputado Mário Almeida deixou uma observação: “Isto já foi tentado em 1975 e não foi conseguido, isto é, hão de sempre existir freguesias melhores do que outras. Nós temos freguesias nas grandes metrópoles que têm mais dinheiro do que qualquer uma daqui de S. Pedro do Sul, e para não fazerem nada: fazem limpezas e pouco mais, porque sequer fazem saneamento, que é coisa que compete ao Estado.”. E conclui: “Compete, portanto, à Câmara Municipal fazer mais e tanto quanto possível a boa gestão de tudo isso.”. Interveio, de seguida, para fazer outra observação, agora sobre as palavras do senhor deputado municipal João Matias, que fez um elogio público à Câmara Municipal, aproveitando para também ele se congratular com o financiamento de três milhões de euros que o executivo municipal conseguiu, mas acrescentou que no último mandato foram cerca de sete milhões de euros que o executivo de então obteve, reforçando que foram sete milhões de euros executados e não em projetos, que foi o concelho do distrito que mais investimento teve em tempos de crise: “Congratulo-me com os três milhões de euros que há de vir e congratulo-me com os sete milhões de euros que foram investidos no outro mandato.”. O Deputado Municipal José Carlos Moreira de Almeida, Presidente da União das Freguesias de Carvalhais e Candal (PSD) recuperou o assunto do financiamento das freguesias para dizer que, se é complicado o financiamento do Estado e das Câmaras Municipais, muito mais complicado é o financiamento das freguesias de S. Pedro do Sul. Depois recuperou o assunto da CAOP e dos limites das freguesias para enfatizar a necessidade de se fazer alguma coisa, referindo que não se deve desperdiçar o esforço e o trabalho das pessoas que começaram esse processo: “Houve uma comissão eleita nesta Assembleia por maioria, no mandato passado, que fez um trabalho que até se desenvolveu bastante com a participação do atual presidente da Câmara, ou seja, o senhor presidente da Câmara sabe o que se passa com a CAOP, sabe quais são todos os problemas do concelho e esse esforço que foi feito no passado deve ser terminado.”. E conclui mencionando que ao município só se pede que elabore um plano de divisão administrativa concelhio, que possa servir de base ao próprio PDM, porque somente no âmbito municipal é que a questão pode



MUNICÍPIO DE S. PEDRO DO SUL

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

ser resolvida: “Criou-se uma celeuma de que o problema é apenas entre Carvalhais, Candal e Santa Cruz da Trapa, mas não é. Os problemas que existem entre Carvalhais, Candal e Santa Cruz da Trapa é um problema de baldios, não tem nada a ver com problemas de freguesia.”. E deixou o repto: “Criem uma nova comissão, se for preciso, porque, se nada for feito, numa próxima Assembleia Municipal trago aqui uma nova moção.”. Voltou a usar da palavra o Presidente da Câmara Municipal, que respondeu sucintamente às interpelações: Em resposta à deputada municipal Maria Ester Vargas: “Estamos de acordo no que diz respeito aos rios.”. E concorda que S. Pedro do Sul podia ter melhores condições do que tem em relação aos rios, afirmando que o futuro está a ser preparado: “Neste momento estamos a fazer uma candidatura para criarmos uma praia fluvial na Ameixiosa.”. Acrescentou que é em colaboração com a Universidade da Covilhã, que está a fazer o projeto e o levantamento topográfico. Depois reforçou que existem igualmente projetos para as Termas, avançando em seguida para melhorias em Pouves, em Nodar e provavelmente no Lenteiro do Rio. Reiterou que os técnicos municipais estão a trabalhar em exclusivo em projetos passíveis de serem abrangidos por candidaturas comunitárias, o que é importante, porque se trata de financiamentos na ordem dos 85%: “Não queria que os futuros venham dizer assim: S. Pedro do Sul podia ter feito obra e não pôde fazer porque não houve projetos.”. Informou que a maior parte das candidaturas ainda não abriram, mas que muitas estão na calha: ADRIMAG, ADLAP, através dos Serviços Florestais... E S. Pedro do Sul tem que ter projetos para se candidatar. Em seguida, sobre a extração das areias do rio e que a Câmara Municipal devia ter feito uma nota informativa prévia, o senhor presidente do executivo manifestou a opinião de que não é possível fazer notas informativas prévias de tudo aquilo que a Câmara Municipal faz, sob pena de bloquear o decurso normal das atividades, considerando que o órgão camarário foi eleito de forma democrática e que os munícipes têm os seus representantes (a Câmara Municipal e a Assembleia Municipal), portanto o executivo não tem que justificar todos e quaisquer atos: “Mas se as pessoas nos perguntarem é claro que nós dizemos abertamente e sem problema nenhum, porque nós não estamos aqui a esconder nada a ninguém.”. Aborda, seguidamente, outro assunto, agora sobre as obras candidatas e o Governo, considerando que S. Pedro do Sul conseguiu canalizar para o concelho aquele montante de fundos comunitários porque se tratou de uma luta do município e ganha pelo município e não pelo Governo, esclarecendo que havia uma determinada verba de fundos comunitários para a região CIM e que, S. Pedro do Sul, a nível da CIM, negociou e conseguiu canalizar para o concelho o dito montante, de forma que o Governo não controla essas verbas e esses financiamentos. Em resposta à deputada municipal Mónica Almeida, que voltou a tecer novas observações sobre a revisão do PDM, o senhor presidente da Câmara Municipal deixou esclarecido que todas as questões relacionadas com o PDM estão a ser analisadas por técnicos tidos como competentes, mas que todos estão conscientes de que, devido à complexidade do processo, não vai ser possível rever de uma só vez todas as situações. Em resposta ao deputado municipal Mário Almeida, o presidente da Câmara Municipal esclareceu que não tem dificuldade nenhuma em aceitar as críticas, desde que sejam justas e corretas, acrescentando que, por vezes, o deputado Mário Almeida, tece na rádio crónicas onde profere afirmações que não são verdadeiras. Prossegue e comenta: “o senhor deputado queixa-se que todos os dias saem obras anunciadas no facebook e agora vem dizer que nós ainda não fizemos nada? “. E acrescenta que as obras anunciadas na semana passada, obviamente que ainda não estão a ser



MUNICÍPIO DE S. PEDRO DO SUL

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

executadas. Mais elucida que é preciso saber distinguir as coisas, porque nem todas as candidaturas fazem parte dos mesmos quadros comunitários. Continuando, o senhor presidente da Câmara Municipal manifestou-se agradado pelo facto do deputado Mário Almeida se ter congratulado por a Câmara Municipal ter conseguido alcançar as verbas dos fundos comunitários, deixando a intenção de averiguar os valores conseguidos pelo executivo anterior e discuti-los numa próxima sessão. Em resposta ao Presidente da União das Freguesias de Carvalhais e Candal, sobre o plano concelhio, o Presidente da Câmara Municipal clarificou que: “Em consciência, estou a falar em consciência, neste momento não posso estar preocupado com os limites das freguesias, porque para isso precisava de meter técnicos a tratar desse assunto, quando eu tenho os técnicos a tratar de outros assuntos muito mais importantes. E, quando eu falo em projetos mais importantes, são projetos que podem vir a servir para candidaturas futuras, porque eu não posso estar a hipotecar o futuro do nosso concelho, preocupado, por exemplo, em saber se a extrema de Pinho com Vila Maior não é bem ali.”. E terminou dizendo que para o futuro é uma situação que pode ser revista, mas que no momento os técnicos estão em exclusivo a preparar projetos passíveis de candidaturas a fundos comunitários: “Eu acho que o senhor percebe isto: prefere que a Câmara Municipal vá preparar uma candidatura para termos o saneamento, por exemplo, em Carvalhais, do que estarmos preocupados com a questão das extremas da freguesia.”.-----

De seguida, o Presidente da Assembleia Municipal procedeu à abertura do **Período de Intervenção do Público**, tendo-se verificado as seguintes intervenções: usou da palavra a munícipe Arlete da Rocha, que começou a sua intervenção por cumprimentar todo o elenco autárquico, passando em seguida a lançar um conjunto de questões que gostaria ver esclarecidas por parte do presidente da Câmara Municipal. A primeira pergunta: “Porquê que as águas dos fontanários não são analisadas?”. Refere que é um assunto que tem a ver com a saúde pública, entendendo ser uma medida útil e necessária. A segunda observação: “Aquela estrada das estufas teve uma parte que foi alcatroada e outra parte que o não foi, considerando ser igualmente uma parte importante, visto ter muito movimento, especialmente das pessoas de Pinho que lá trabalham.”. O terceiro reparo: “Verifica-se igual situação na chamada estrada da Senhora das Colmeias, que terminou na estrada, mas cujo estradão continua até Mosteirinho.”. Depois, no mesmo âmbito, pergunta quais são os critérios para as obras, porque a estrada junto à sede da Junta de Freguesia é movimentadíssima e encontra-se degradada. A quarta pergunta: “Está prevista a abertura de algum estradão florestal aqui na zona de Pinho?”. Em seguida, mais uns reparos: o primeiro, sobre a fossa de Sobral, informa que, embora a escritura não esteja feita, confirma que foi paga; o segundo, sobre as obras na sede da Junta de Freguesia, enfatiza a necessidade da conservação do edifício. Pergunta, depois, se está previsto algum projeto ou candidatura para uma ligação de Pinhosão aos Paços. E termina com algumas considerações sobre o Castro da Mata de Pinho, aludindo às palavras de um conceituado arqueólogo, que afirmou tratar-se de um dos castros mais importantes do distrito de Viseu, e deixando o repto: “Se for possível uma intervenção no Castro da Mata, através da arqueologia, ou do aproveitamento de candidaturas nesse sentido, era extremamente importante.”. Usou da palavra o munícipe Luís Alberto, que saudou a edilidade autárquica e o público presente, começando por se reportar a umas palavras proferidas pelo seu pai numa sessão da Assembleia Municipal de

**MUNICÍPIO DE S. PEDRO DO SUL****ASSEMBLEIA MUNICIPAL**

há cinquenta anos: “O executivo de então olhava para as freguesias do nascente, batia-lhes o sol nos olhos e desviavam o olhar para outro sítio.”. Realça que foi uma época em que se construíram duas fontes em Pinho, que ainda hoje deitam água e onde muita gente se abastece. Depois continua e declara que Pinho tem sido uma das freguesias mais esquecidas pelos vários executivos camarários, embora reconheça que se fizeram importantes obras ao longo dos anos. Refere ter curiosidade em saber, *per capita*, qual foi o investimento da Câmara Municipal nas freguesias do concelho, ao longo dos últimos 15 a 20 anos, estimando que Pinho estará nas últimas freguesias. Depois, sobre as fossas do Sobral, menciona que já quase tudo foi dito, acrescentando que estão a despejar diretamente para o rio Vouga há muitos anos. Quanto às fossas de Mosteirinho, afirma que estão um pouco melhor, embora a transbordar e que pouco ou nada foi feito para resolver essa situação. Congratulou-se pela intenção da construção da estrada Pinho a Sobral, especialmente na parte que vai até Mosteirinho, que é o trecho mais utilizado pelas populações. Alerta para a estrada municipal, junto à Lafopneus, no local de uma curva, que constitui perigo e onde já se têm dado alguns acidentes, inclusive acidentes mortais, felicitando o executivo por finalmente ir lá fazer a correção do traçado. De acordo com outro assunto, o saneamento, informa que a última obra de saneamento que se fez na freguesia foi no início deste século, no lugar de Mosteirinho, alegrando-se por agora se ir fazer mais um pedaço dessa infraestrutura. E termina com as seguintes palavras: “O que se promete é para se fazer e não para se passar para o executivo seguinte.”. Usou da palavra o munícipe Paulo Paiva, que agradeceu a oportunidade, cumprimentou todos os autarcas e pessoas presentes, passando em seguida ao assunto que o levou ali: o arranjo da estrada que leva ao Cimo de Moldes. Considera que o dito caminho se encontra em muito mau estado, que precisa de uma intervenção de arranjo com urgência, porque é um acesso construído em calçada à portuguesa e que já não tem uma intervenção de conservação há mais de trinta anos, pois moram lá algumas pessoas idosas e o acesso é difícil à circulação de automóveis e ambulâncias. Solicita, assim, na medida do possível, que aquele acesso, que é a rua do Cimo de Moldes, seja melhorado ao nível do seu piso e no alargamento de alguns pontos de passagem. Recordou que é um desiderato antigo, que as anteriores autarquias, por um motivo ou por outro, nunca resolveram. Considerou ainda que se trata de uma obra que se enquadrava bem na política municipal de “Pequenas Obras, Grandes Benefícios”, elogiando essas políticas, ao mesmo tempo que apela novamente para a intervenção de arranjo na rua do Cimo de Moldes. Há semelhança de outras intervenções, termina com uma alusão ao Castro da Mata, em Pinho, referindo que é uma área arqueológica pouco divulgada, embora de grande valor arqueológico e histórico, apesar de atualmente lá se verem mais eucaliptos do que vestígios arqueológicos. Informou da sua valia, especialmente de uma lápide que saiu do castro e cuja inscrição romana se encontra algures no Museu da Assembleia Distrital, em Viseu, considerando a importância de não se perder o rasto a essa epígrafe e se possível trazê-la para o município de S. Pedro do Sul. Referiu que, por vezes, nas camadas superficiais do solo, se vão encontrando algumas peças, e exemplifica com mós e muita cerâmica de cobertura encontrada. Reforça com a grande beleza natural do lugar: “Tem lá um ribeiro com uma queda de água que poucos conhecem e que é de grande beleza natural.”. Encara esse lugar com grande potencial no âmbito arqueológico e natural, reforçando a ideia de se valorizar o espaço. Por fim, aproveita o ensejo e lança a ideia de se fazer um percurso pedestre pela freguesia de Pinho, porque não existe nada igual na freguesia e as condições naturais são

**MUNICÍPIO DE S. PEDRO DO SUL****ASSEMBLEIA MUNICIPAL**

ímpares para esse tipo de iniciativas: “Um percurso pedestre que abrangesse os Povos do Alto, a zona do Ribeiro e junto ao Castro. Acho que era interessante fazer aqui um percurso, quer diurno, quer noturno, uma vez que tem uma vista fantástica sobre S. Pedro do Sul.”. Terminado o período de intervenção do público, o Presidente da Assembleia Municipal deu a palavra ao Presidente da Câmara Municipal, que a usou para dar resposta aos pedidos de esclarecimentos e opiniões dos munícipes. Em resposta à senhora Arlete da Rocha, o presidente da Câmara Municipal, sobre as águas dos fontenários que não são analisadas, confirmou tratar-se de uma realidade, mas que acontece nos sítios onde existe abastecimento de água aos domicílios, porque nesses casos a autarquia não tem obrigação de analisar a água dos fontenários, acrescentando que já se analisam cerca de cem postos de abastecimento públicos de água, sendo indispensável, sim, colocar uma placa a avisar: “água imprópria para consumo” ou “água não analisada”: “É isso que temos feito, é isso que sei que a Junta de Freguesia de Pinho fez, mas há situações em que por vezes roubam as placas.”. Em relação à estrada das estufas que foi alcatroada apenas numa parte, lembrou o compromisso eleitoral do executivo em alcatroar a estrada que vai da Torre às estufas: “Posso é agora assumir outro compromisso para daqui a dois anos, quando for novamente candidato, é que já virá das estufas até à escola primária. Para já não pode ser feito, porque nunca tinha sido pensado, mas agora podemos pensar para o futuro em fazer essa ligação, que é uma ligação importante.”. Sobre a estrada da Senhora das Colmeias a Sendas, a resposta é a mesma: “Essa obra não estava neste manifesto.”. Sobre as previsões de um novo estradão florestal em Pinho, informou que não se encontra previsto, estando previsto sim a requalificação dos que já existem, esclarecendo inclusive que já tem andado uma máquina na freguesia de Pinho e que há-de voltar para compor os estradões que existentes. Informou tratar-se de uma verdade a questão da escritura da fossa do Sobral não estar feita, se bem que paga, acrescentando que a fossa está a verter para o rio, inclusive que existe lá uma “praia fluvial” onde as pessoas se banham no verão, considerando imperioso despoluir o rio e escriturar o terreno, porque sem a escritura estar feita não é possível candidatar o projeto aos fundos comunitários. Sobre uma eventual ligação entre Pinhosão e Paços, desconhece qualquer projeto na área, referindo que não vale a pena falar em outras estradas, quando é preciso compor aquelas estradas onde já se vai fazer uma intervenção. Por fim, sobre as considerações ao Castro da Mata, aproveitou e deixou igualmente resposta ao senhor Paulo Paiva: “Lanço já aqui um desafio e especialmente ao senhor presidente da Junta de Freguesia: contactem o proprietário no sentido de saber se ele está disponível para fazer a venda daquela propriedade, porque a Câmara Municipal adquire. Da mesma forma que compramos o Castro do Banho, entramos em negociações para a compra do Castro da Mata, isto desde que os preços sejam competitivos. Inclusive podemos classificar o lugar como Monumento de Interesse Municipal e o proprietário já não pode vender a mais ninguém.”. Em resposta ao senhor Luís Alberto, o presidente da Câmara Municipal, sobre as fossas de Sobral e de Mosteirinho, informou que os projetos se encontram em fase de elaboração e que são para avançar, esperando levar em breve os projetos a reunião de Câmara para aprovação, entrando em execução assim que abram as candidaturas e que as mesmas venham aprovadas. Em resposta ao senhor Paulo Paiva, o presidente da Câmara Municipal, de acordo com as observações sobre o Castro da Mata, refere já ter respondido, mas continua e, em relação com as pretensões para o caminho para o Cimo de Moldes, esclarece que aquele arranjo é necessário e que entende as dificuldades dos moradores para lá passarem,



MUNICÍPIO DE S. PEDRO DO SUL

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

acrescentando que é preciso dar tempo ao tempo porque não se pode fazer de uma vez aquilo que ficou por fazer durante vinte ou trinta anos: “Iremos realizar a obra sim, só não pode é ser realizada de um momento para o outro, porque não era uma obra prevista e requer a sua entrada nos planos de atividades, requer cálculos e não estava no nosso manifesto eleitoral, mas nós poderemos fazê-la caso consigamos algumas verbas para a realizar.”. -----

ORDEM DO DIA:

3.1 - ANÁLISE DA INFORMAÇÃO SOBRE A “ATIVIDADE E SITUAÇÃO FINANCEIRA DO MUNICÍPIO”;

O Vereador Pedro Miguel Mouro Lourenço referiu: “Como podem verificar, a dívida continua a ser reduzida, o que é um fator importante para nós, porque assim temos uma situação financeira equilibrada.”. E concluiu dizendo que se encontra à disposição para qualquer esclarecimento adicional. Aproveitou e pediu para clarificar um aspeto proferido pelo deputado municipal Mário Almeida: “Por exemplo, o senhor deputado disse há pouco que S. Pedro do Sul, no âmbito do anterior quadro comunitário de apoio, foi o município da CIM que mais recebeu, mas nós estamos cá para desmentir e dizer que isso é falso, porque o último pacto negociado pelo ex presidente da Câmara, e bem, teve como base para a distribuição dos fundos o FEF. Assim, tendo como base o FEF, S. Pedro do Sul, no âmbito dos municípios da CIM, é o terceiro ou o quarto.”. E continuou: “Ainda assim, mesmo para além da CIM e da distribuição dos fundos, o senhor deputado falou aqui em sete milhões de euros. Dou-vos um exemplo concreto: só a Escola Secundária de Oliveira de Frades, e eu não sei o valor de cor, teve pelo menos dezoito milhões de euros na sua reconstrução, e o senhor deputado veio aqui vangloriar-se de S. Pedro do Sul ter recebido sete milhões.”. O Vereador Rogério Fernandes Duarte, pedindo a palavra em defesa da honra do executivo anterior, interveio e começou por reconhecer algum mérito ao trabalho do Vereador da Câmara Municipal, debruçando-se em seguida sobre o assunto das verbas obtidas para a requalificação do parque escolar: “A Escola Secundária de Oliveira de Frades foi requalificada, não pela Câmara Municipal de Oliveira de Frades, mas sim pela Parque Escolar. E aqui há uma diferença: enquanto a Câmara Municipal de S. Pedro do Sul executou o Centro Escolar, que foi uma candidatura da Câmara Municipal no valor de três milhões e cinco mil euros, a Parque Escolar veio prometer um investimento de dezassete milhões de euros que não concretizou. São coisas diferentes: uma coisa é o investimento do poder central, outra coisa é o esforço que as Câmaras Municipais fazem no sentido de levarem a cabo os seus projetos.”. O Vereador Pedro Miguel Mouro Lourenço voltou a intervir e a clarificar que estão a falar da mesma coisa: “Foi dito que houve investimento no concelho na ordem dos sete milhões de euros e só Oliveira de Frades teve investimento na ordem dos dezassete milhões de euros, com uma grande diferença que disse e bem: é que no caso de Oliveira de Frades o estado participou em 100% e desses sete milhões de euros de S. Pedro do Sul a Câmara Municipal ainda teve que pagar ou suportar 15%.”. E terminou com um desafio sobre a soma das verbas arrecadadas pelo atual executivo durante os 18 meses de gestão: “São 4.2 milhões de euros para a ETAR sendo que metade é para Vouzela, portanto para nós são 2.1 milhões; mais os 3.1 milhões que temos do parque da CIM; já recebemos cerca de 700 mil euros de overbooking; e assim já estamos com praticamente 6 milhões de euros só em 18 meses. E estão a dizer-me que a anterior Câmara,

**MUNICÍPIO DE S. PEDRO DO SUL****ASSEMBLEIA MUNICIPAL**

nos últimos anos, teve 7 milhões, portanto em 18 meses já só estamos com menos 1 milhão. E se nós quiséssemos ficar com a Escola Secundária já estávamos empatados.”.Não tendo sido verificado mais nenhum pedido de intervenção, a Assembleia Municipal passou à análise do ponto seguinte. -----

3.2 – APRECIACÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA APRESENTADA PELO EXECUTIVO SOBRE “POVT – EFICIÊNCIA ENERGÉTICA NA ILUMINAÇÃO PÚBLICA – PARTILHA DE POUPANÇAS LÍQUIDAS”; -----

O Vereador Pedro Miguel Mouro Lourenço informou tratar-se de uma candidatura já aprovada e que precisa ser executada até dia 31 de dezembro, acrescentando que inicialmente a candidatura visava a redução de fluxos e, depois, decidiram pedir a reconversão para LED's por considerarem ser tecnicamente mais eficaz. Informou que, inicialmente, vão instalar 77 pontos de iluminação, de forma a avaliarem o ganho e, no caso de existirem vantagens, vão alargar a outros pontos do concelho, especialmente na zona das Termas. Mais explicou que se torna necessário trazer o documento à Assembleia Municipal, porque 50% do financiamento tem que ser entregue ao Fundo de Eficiência Energética, lamentando a prática e manifestando, em seguida, o seu desconhecimento sobre a forma como esse dinheiro é gerido: “A Câmara Municipal vai receber 85% para a candidatura, mas, pressupondo que a Câmara vai poupar com isso, tem que dar já 50% desse valor a esse fundo, sendo que esse valor é pago em prestações de oitenta e tal euros durante oitenta e quatro meses. Assim, como extravasa este ano, é da competência da Assembleia Municipal autorizar o pagamento plurianual.”. Concluiu dizendo que o valor é referente ao valor do financiamento e não relativo ao ganho energético, considerando que seria mais justo se o cálculo fosse por estimativa. Não se tendo sido verificado mais nenhum pedido de intervenção, a Assembleia Municipal deliberou, por **unanimidade**, aprovar a proposta mencionada em título.-----

O Presidente da Assembleia Municipal propôs a aprovação, em minuta, do ponto 3.2 tendo os membros da Assembleia Municipal concordado, por unanimidade.

De seguida o Presidente da Assembleia Municipal deu por encerrada a presente sessão, quando eram 13h00, dela se lavrando a presente ata que vai ser assinada, nos termos legais, pelo Presidente e pelos Secretários da Mesa.

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL,

OS SECRETÁRIOS,